



RELATORIA

Encontro Acadêmico Internacional Ambiente, Saúde e Sustentabilidade em Cidades Globais 20 de fevereiro de 2018

Com o objetivo de reunir experiências e promover diálogos sobre estudos e intervenções ligadas às questões ambientais, de saúde e sustentabilidade, bem como desafios e perspectivas da gestão acadêmica de projetos voltados a essa temática, e considerando o papel da universidade como agente do desenvolvimento da ciência e da inovação no país, foi realizado, no dia 20 de fevereiro de 2018, o Encontro Acadêmico Internacional sobre Ambiente, Saúde e Sustentabilidade em Cidades Globais, com duas Mesas-Redondas, uma na parte da manhã, no Instituto de Estudos Avançados e outra na parte da tarde, na Faculdade de Saúde Pública.

A primeira Mesa-Redonda, desenvolvida no Instituto de Estudos Avançados, contou com palestra de Paula Santana, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, que tem se dedicado à investigação da geografia da saúde e do planejamento urbano sustentável. Como coordenadora de vários projetos de âmbito nacional e internacional, trouxe os resultados do projeto europeu EURO-HEALTHY: Shaping EUROpean policies to promote HEALTH equity (Programa Horizon 2020, da União Europeia), de cunho interdisciplinar, interinstitucional e internacional.

Horário	
09h00-09h20	Abertura Paulo Saldiva (Diretor do IEA) Marcos S. Buckeridge (IEA- Programa USP Cidades Globais) Arlindo Philippi Jr (IEA/FSP/USP)
09h20-10h10	Palestra Paula Santana (Universidade de Coimbra) – EURO HEALTHY
10h10-11h10	Comentaristas Marcos S. Buckeridge (IEA/IB/USP/ Aciesp – Programa USP Cidades Globais) Lígia Barrozo (FFLCH/USP– Grupo de Estudos Espaço Urbano e Saúde) Valdir Fernandes (UTFPR -Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Avaliação de Sustentabilidade) Moderação: Arlindo Philippi Jr (IEA/FSP/USP) Reladoras: Maria da Penha Vasconcellos (FSP/USP) e Sonia Coutinho (CEST/EP/FSP/USP)
11h10-12h00	Debates
12h00	Encerramento



Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina e Diretor do Instituto de Estudos Avançados, abriu o evento trazendo a sustentabilidade no contexto urbano como um dos maiores desafios de nosso tempo, especialmente porque as cidades possuem fenômenos de escalas muito importantes, citando artigo publicado por Luís M. A. Bettencourt, do Santa Fé Institute (2013) (<http://tuvalu.santafe.edu/~bettencourt/index/Home.html>). Destaca que São Paulo é um laboratório natural e finaliza atestando que as universidades estão preparadas para a multidisciplinaridade necessária.

Marcos Buckeridge, do Instituto de Biologia e do Instituto de Estudos Avançados, coordenador do Programa USP Cidades Globais, traz as discussões postas no âmbito do IPCC, que vêm caminhando cada vez mais em direção ao homem, e terá um capítulo dedicado à desigualdade e sustentabilidade. O Programa USP Cidades Globais tem a proposta de conectar estudos, projetos, informações e grupos existentes na USP, utilizando sistemas complexos. Ressalta a importância em se pensar em *benchmarking* (Curitiba, Lisboa, Salvador). Cidades Globais são cidades que influenciam o mundo e tem a responsabilidade de que suas soluções possam ser replicadas, tanto positivamente, quanto negativamente. São Paulo está na colocação de 34^a Cidade Global do Planeta.

Arlindo Philippi Jr, da Faculdade de Saúde Pública e do Instituto de Estudos Avançados, reflete sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) acordados pelos países e a importância dos resultados trazidos por Paula Santana enquanto contribuição para a discussão de experiências e conexões com o programa USP Cidades Globais, para a universidade e para a sociedade. Destaca a importância de serem adotados, nas universidades, processos de interação e integração entre grupos de estudo e pesquisa sobre a temática da sustentabilidade em cidades, de maneira a congregar professores, pesquisadores e estudantes com membros das administrações municipais e da sociedade, possibilitando sinergias construtivas institucionais.

Paula Santana aborda em sua palestra o Projeto *Euro-Healthy: shaping european polices to promote healthy equity*, que ocorreu de Janeiro 2015 a dezembro 2017, por meio de um consórcio de 15 instituições, 53 pesquisadores, 28 países, 269 regiões e 96 *stakeholders*, de diferentes áreas disciplinares com o objetivo de aprofundar métodos e gerar evidências que permitam apoiar decisores políticos. O Projeto teve por objetivo avaliar a saúde e identificar geograficamente inequidades em saúde em 269 NUTS, 02 regiões, 10 áreas metropolitanas e dois estudos de casos na Europa (Lisboa e Turim).

Paula traz, inicialmente, a experiência de Caramulo, uma vila do distrito de Aveiro, com cerca de 1000 habitantes. Caramulo, como estância sanatorial, criada em 1921, se tornou conhecida pelo bom planejamento da cidade, tratamento médico de excelência na cura da tuberculose e qualidade ambiental (saneamento, iluminação) e equilíbrio ecológico.

A abordagem tradicional de cuidados da saúde baseada em perfis de doença deve ser direcionada à abordagem de componentes do ambiente econômico/ social/ alterações demográficas/ estilos de vida/ ambiente físico/ ambiente construído/ cuidados de saúde e resultados em saúde. O projeto Euro-Healthy traz a perspectiva da visão holística e integradora da saúde.



A partir da construção de um índice de saúde da população para a Europa, avalia a saúde da população europeia de forma holística e multidimensional; considerando as relações entre saúde e seus múltiplos determinantes em diversas escalas geográficas; prevendo e discutindo o impacto das políticas e propondo ações.

Para a seleção dos indicadores foi utilizada ampla revisão bibliográfica, seguida de rodadas do método Delphi, análise multicritério para definição de pesos, encontros para definição de cenários e estudos de caso. O índice é composto por dois componentes: determinantes em saúde e resultados em saúde.

Todo o processo e metodologia do projeto, assim como suas etapas, podem ser acessados em <http://www.euro-healthy.eu/>. Neste site é possível acessar conteúdo de cada bloco da pesquisa - *Research Work Packages*, as publicações, bem como uma plataforma interativa de WebGIS (<https://healthyregionseurope.uc.pt/#/view/map/model>), base de dados (<https://eurohealthydata.uc.pt/login.html>) e vídeos de todo o processo (<http://www.euro-healthy.eu/videos>).

Iniciados os debates, **Ligia Barroso**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia Física da FFLCH, faz referência à ligação com trabalhos desenvolvidos no Instituto de Estudos Avançados-IEA no âmbito do projeto sobre espaço urbano e saúde. Destaca a importância dos determinantes de saúde na Europa e a redução da mortalidade infantil e em vários indicadores. As três escalas de análise são um desafio e a representação cartográfica é central.

Em seguida, **Valdir Fernandes**, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, destaca a importância de pesquisas em nível menor de abrangência, os problemas complexos das cidades, o contexto territorial e, por conseguinte, a necessidade de equipes multi e interdisciplinares e de indicadores representativos das cidades para subsidiar políticas públicas. Menciona pesquisa que está envolvido em Curitiba, que parte de 80 modelos e 1700 indicadores nas dimensões capital natural, capital social, capital construído e capital intelectual. Cita dois artigos recém publicados pelo grupo: (1) CAVALCANTI, C.O.; LIMONT, M.; DZIEDZIC, M.; FERNANDES, V. Sustainability assessment methodology of urban mobility projects. *Land Use Policy*, v. 60, p. 334-342, 2017. (2) SALES, F. R. ; FERNANDES, V. ; LIMONT, M. Capital social e sustentabilidade: uma relação intrínseca. *DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (UFPR)*, v. 42, p. 398-411, 2017.

Marcos Buckeridge, reflete sobre o fascínio da visão geográfica. Destaca que os índices são produzidos por dados, que muitas vezes não se têm acesso no Brasil. Cita que os sistemas complexos têm estados de equilíbrio, e quando alteradas algumas variáveis, muda o equilíbrio, tornando o sistema vulnerável. Daí a importância de desenvolver matemáticas para modelar os sistemas complexos.

Paula Santana, respondendo os questionamentos, destaca a qualidade dos indicadores – o que é, para que serve, citando que dados que não revelam a realidade não servem. Menciona que países desenvolvidos podem apresentar dificuldades com relação a qualidade dos dados e que há em discussão na Europa uma Diretiva sobre restrição ao acesso de dados, que poderia vir a incluir os dados científicos. Nos EUA os rankings funcionam, na Europa não, o que leva a observar que “queremos pensar sistemas, metodologias que possam melhorar o estado atual”. Existe um índice de qualidade de vida, desenvolvido na Europa, com componentes

menos científicos, sem pesos na agregação, que é aplicado casuisticamente. Esta situação demanda desenvolver esforços para aperfeiçoar e oferecer indicadores que possam ser reconhecidos pela sociedade e que tenham finalidade caracterizar as condições de saúde da população em suas comunidades.

A **segunda Mesa-Redonda**, desenvolvida na Faculdade de Saúde Pública, teve o propósito de refletir sobre questões que se apresentam no tempo atual e que convocam as universidades e seus programas de pós-graduação a pensarem suas produções científicas voltadas à solução de problemas locais, observando o global. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs colocam, entre outras questões, segurança, resiliência, sustentabilidade, cidades inclusivas. Como os programas de pós-graduação e os projetos de estudos e pesquisas presentes têm refletido e dado encaminhamento a estas questões?

Horário	
14h00-14h10	Abertura Arlindo Philippi Jr (IEA/FSP/USP) Marcos S. Buckeridge (IEA- Programa USP Cidades Globais)
14h10-15h30	Mesa-redonda Paula Santana (Universidade de Coimbra) Ricardo Young (IEA- Política e Complexidade) Tércio Ambrizzi (INCLINE/IAG/USP) Cleide Lavieri Martins (PPG-SP/FSP/USP) Gabriela Marques Di Giulio (PPG-AS&S/FSP/USP) Helena Ribeiro (PPG-SG&S/FSP/USP) Moderadora: Wanda Risso Günther (FSP/USP) Reladoras: Débora Sotto (FSP/USP) e Amanda Carbone (FSP/USP)
15h30-16h45	Debates
16h45-17h00	Encaminhamentos e encerramento

Arlindo Philippi Jr. abriu o evento refletindo sobre o compromisso assumido pelos países com relação à incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) em suas políticas e ações. Estes, para serem trabalhados e incluídos nas políticas públicas e de governo, dependem da presença de profissionais qualificados e de comunidades esclarecidas com relação aos meios necessários para o enfrentamento dos graves desequilíbrios sociais, ambientais e econômicos encontrados nas cidades. Para atender esta necessidade, chama a atenção para o papel das universidades na formação e na produção de conhecimento.

Destacou ainda a relevância do Encontro para o debate entre coordenadores de projetos de pesquisa e coordenadores de programas de pós-graduação com relação aos processos empregados e aos desafios enfrentados para incorporação de ODS em seus trabalhos relacionados às cidades. De acordo com Philippi Jr., experimentações urbanas contendo ODS em suas propostas e ações podem ser espaços significativos para o aperfeiçoamento da gestão de cidades em bases sustentáveis.

Marcos Buckeridge mostrou que várias unidades da USP trabalham, sob ângulos diferentes, a questão das cidades. O processo de conhecimento do que tem sido produzido na universidade sobre o tema tem sido um objetivo do Programa Cidades Globais, do IEA, que visa integrar projetos da USP, bem como externos à USP, sobre cidades. Em um contexto de caminho para uma mudança drástica



urbana, com o avanço das mudanças climáticas e o decorrente aumento dos eventos extremos e das desigualdades, ele reitera ser importante uma união dos governos e entidades para início ao processo de adaptação climática. Há três cenários de mudanças climáticas: o primeiro, mais positivo, seria um aumento de 1,5 graus, o que pode significar 5,8 graus a mais na temperatura em alguns lugares, ultrapassando o limiar ideal para a biodiversidade. O segundo cenário, *over shooting*, seria a ultrapassagem dos 1,5 graus. O terceiro cenário seria um aumento na temperatura acima de 2,7 graus Celsius, com decorrente isolamento de certos países e aumento drástico de desigualdade, com desarticulação de ações.

Tércio Ambrizzi, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências da Atmosfera-IAG e coordenador do INCLINE-Núcleo de Apoio à Pesquisa em Mudanças Climáticas, também reafirmou essa urgência, mostrando que o aumento da temperatura média global e do nível do mar é um fato, do ponto de vista de dados instrumentais e históricos. Além disso, o volume do Ártico está diminuindo e está aumentando a acidificação dos oceanos, gerando alterações no ciclo da água do planeta, com, por exemplo, secas na Amazônia. As iniciativas brasileiras sobre o tema, como a Rede Clima, o Painel Brasileiro das Mudanças Climáticas e o INCT para Mudanças Climáticas, demonstram essa urgência em buscar caminhos para tratar a questão. Nesse contexto, os 17 ODS seriam grandes metas para atingir uma maior estabilidade dos sistemas físicos, evitando o impacto das mudanças climáticas. Será um desafio enorme, mas os ODS podem ser caminhos de equalização.

Outra iniciativa que vem sendo desenvolvida para trabalhar a questão elementar das mudanças climáticas foi mostrada por Tércio Ambrizzi, que apresentou o INCLINE, núcleo de apoio à pesquisa interdisciplinar criado em 2011 e tem como um dos principais objetivos integrar, na USP, os grupos que trabalham na temática. O INCLINE possui, hoje, 19 subprojetos, divididos entre Bases Científicas, Impactos, Adaptação e Mudanças Climáticas, envolvendo várias unidades da USP. Possui um banco de dados observacionais e de modelagens e vários parceiros internacionais. Algumas das atividades realizadas foram a construção dos conceitos de vulnerabilidade e adaptação, um curso sobre mudanças climáticas e sustentabilidade, além de eventos acadêmicos, como a Reunião Acadêmica sobre Cidades, Energia e Sustentabilidade e o Workshop de Adaptação das Megacidades às Mudanças Climáticas, o curso *São Paulo School of Advanced Science on Climate Change*, que foi uma das mais recentes iniciativas, realizada em julho de 2017, com 123 participantes de 30 países e a publicação dos livros “Temas Atuais em Mudanças Climáticas” e “Ciência das Mudanças Climáticas”. O INCLINE também participa do AdaptaClima, que congrega diversas instituições que trabalham com mudanças climáticas.

O cenário urbano é complexo e, além de envolver as mudanças climáticas como questão central a ser tratada pela sociedade, tem sido moldado sob a perspectiva de uma nova política urbana, centrada em três grandes tendências mundiais, conforme trouxe **Ricardo Young**, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados. O aumento da população vivendo em cidades (no Brasil, cerca de 85% da população vive em cidades e no mundo, 60%), o impacto da tecnologia e a grande transformação que ela vem trazendo na forma de organização da sociedade em suas dimensões política, social, econômica, etc. e o fenômeno da globalização, com os movimentos mundiais de protagonismo das cidades. Há, nesse sentido, mudanças geométricas ocorrendo, com um decorrente grau de instabilidade em nossa capacidade de planejamento. Nessa nova política urbana, que também inclui os movimentos de cidades sustentáveis, cidades inteligentes e outros modelos de modernização institucional, os ODS podem desempenhar importante papel. São resultado de uma reflexão acumulada que convergiu ao planejamento de políticas públicas nas três dimensões da sustentabilidade. As ODS se tornaram um grande vetor de políticas públicas integradoras destas três dimensões que, em geral, estão em disputa. Neles estão contidos todos os elementos da sustentabilidade.

Segundo Ricardo Young, na perspectiva das cidades globais, é preciso utilizar as lentes da complexidade, que é integradora, porém desafiadora. Há 12 eixos do Programa Cidades Sustentáveis, inspirados nos compromissos assumidos na convenção de Aalborg, na Dinamarca. Outro trabalho,



feito pelo Instituto Arapyaú utiliza outro método de agrupamento a partir de seis dimensões (direitos humanos, governança, participação, economia/cultura, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida).

Assim, ele afirmou que pesquisas têm sido realizadas no intuito de harmonizar a proposta dos ODS com o conjunto de políticas públicas que já vem sendo pensadas no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis. Um dos resultados é o [GPS das cidades sustentáveis](#), que trabalha os ODS à luz dos eixos para cidades sustentáveis, por meio de indicadores, permitindo verificar grau de aderência das políticas públicas aos ODS. Um exemplo é o eixo da governança, que contém 31 indicadores desdobrados a partir de 3 ODS. Está sendo selecionado, para tanto, um grupo de gestores para testar a aplicação desses indicadores nas diversas políticas públicas existentes. Essa pesquisa tem o apoio da equipe de complexidade da USP Leste. O objetivo da pesquisa é estabelecer rigor científico na definição de políticas públicas que efetivamente implantem uma visão de desenvolvimento sustentável e respondam às metas do Acordo de Paris e do IPCC da melhor forma possível.

Diante de tantas iniciativas criadas, que incluem, além das já mencionadas, outras como os indicadores ligados à norma ISO para cidades sustentáveis e os do Programa Município Verde-Azul, foi questionado se há algum trabalho para verificar se há alinhamento entre todos esses indicadores. Outra questão que surgiu no âmbito dos ODS junto às políticas públicas foi como tornar os ODS vinculantes ou obrigatórios a todos os planos existentes (como o PDE, o Plano Plurianual, o Plano de Metas de São Paulo). Ricardo comentou que o grande desafio é que o mundo das políticas públicas não ignore o avanço da pesquisa. As instituições não acompanham as dinâmicas da sociedade. Há um descolamento. A motivação do gestor para política pública em geral não é a política pública em si. Um dos grandes problemas é a escolha de assessores sem razões técnicas, mas sim políticas, havendo uma precarização da política em razão da falta de conhecimento técnico. E um conhecimento técnico com dificuldade de gerar respostas e aplicações. Como levar a ciência à política? Este é o desafio da ciência ativista e militante, que se propõem atuar além dos muros da universidade. A concepção do papel social da universidade precisa ser revista, em decorrência da crise política que está trazendo um ressurgimento de organizações cívicas e da mudança no tecido social urbano do século XXI, onde o papel das instituições mudou. É preciso encontrar canais de comunicação e transformação.

Ainda no âmbito da construção de indicadores, **Paula Santana** falou sobre a experiência do projeto Euro-Healthy, voltado à priorização de políticas com maior potencial de promover a saúde e reduzir as desigualdades, a partir da construção de um índice de saúde da população para a Europa, e sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), mostrando que a agenda mundial sobre sustentabilidade também engloba as questões de saúde e bem-estar, tema transversal e estratégico para alcançá-la. A Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável, por exemplo, tem como grande objetivo a erradicação da pobreza, com promoção da prosperidade e bem-estar da população. A Declaração do Milênio, em 2000, também foi um marco, assim como a Carta de Otawa, apresentado na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, dentre outros documentos importantes. Os ODS têm a saúde como parte invisível, porém atuante. Se se percorrer os ODS, percebe-se uma noção direta ou indireta com a saúde, com destaque para o ODS 3 (boa saúde e bem-estar), relacionado diretamente com os cuidados à saúde.

Paula citou Samuel Pessoa, que dizia que a saúde precisa ser vista em sua complexidade e que as circunstâncias em que se vive determinam o que somos. Nesse contexto, o projeto Euro-Healthy se configurou como um consórcio incluindo 15 instituições, com o objetivo de aprofundar métodos e gerar evidências para apoio à tomada de decisão para priorização de políticas que favoreçam a equidade em saúde, em diversas escalas geográficas. Adotou-se uma visão holística envolvendo saúde, ciências sociais e humanidades. Foram envolvidos 28 países europeus, 10 regiões metropolitanas e realizados dois estudos de caso, Lisboa e Turim. O projeto envolveu 53 investigadores e 96 *stakeholders*, partindo de uma visão interdisciplinar e holística.



O projeto foi da evidência à ação política, por meio da análise das desigualdades em saúde e boas práticas em políticas públicas, avaliação de políticas e análise de conflitos para priorização de políticas em saúde. Envolveu dois componentes: determinantes em saúde e resultados em saúde. No âmbito dos determinantes foram definidas áreas de preocupação e dimensões com as quais a saúde se associa. Do conjunto de dimensões selecionadas, algumas possuem maior interlocução com os ODS: condições econômicas e sociais, ambiente físico e ambiente construído. Dentre os vários resultados do projeto, um é o livro [Atlas of Population Health in European Union Regions](#). Outro produto é a plataforma [webGIS](#), onde é possível visualizar, comparar, identificar e simular alterações nos indicadores, os quais já estão disponíveis no site do Projeto Euro-Healthy.

O desenvolvimento sustentável e as questões de saúde também tem sido tema tratado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Nesse sentido, as coordenações de três programas de pós-graduação da Faculdade refletiram sobre a incorporação dos ODS na pós-graduação. **Cleide Lavieri Martins** apresentou o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, um programa de excelência acadêmica com nota 6 na CAPES, criado em 1970 com os cursos de mestrado e doutorado. A Faculdade de Saúde Pública montou o programa de pós-graduação refletindo os trabalhos que já haviam nos seus Departamentos relacionados com a área de Saúde Coletiva. Foram formadas, até hoje, 3100 pessoas, entre mestres e doutores. Em 2017 havia 323 alunos matriculados. O programa está organizado em linhas de pesquisa: epidemiologia; saúde do trabalhador; política, gestão e saúde; saúde ciclos de vida e condições sociais; e saúde ambiental, modos de vida e sustentabilidade. Cleide mostrou como a FSP, desde seu início, têm buscado atender demandas da sociedade, com a formação de sanitaristas e profissionais para dar respostas às necessidades de saúde pública do estado de São Paulo, do Brasil e da América Latina. Além disso, ressalta a característica multidisciplinar da Faculdade, com marcante atuação interdisciplinar.

Dos 17 ODS, 10 são claramente abordados em disciplinas do programa. Em relação ao compartilhamento de experiências e tecnologias de ações de cooperação, muitos projetos que já geraram impactos significativos na sociedade. No entanto, o fato de ser um programa antigo é algo positivo mas que também gera o desafio de se mobilizar mudanças e buscar novas abordagens e ações inovadoras, algo que necessita ser intensificado no futuro.

Gabriela Di Giulio apresentou o Programa de Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade, idealizado em 2012 e criado em 2013, a partir de uma demanda de promover um programa *strictu sensu* discutindo questões complexas e desafiadoras com caráter profissional. O programa busca a produção de conhecimento científico de qualidade e demandada pela instituição de origem do profissional. Gabriela afirma, nesse sentido, que não basta produzir conhecimento científico de qualidade e gerar esforço para disseminar esse conhecimento, mas de fato facilitar a usabilidade desse conhecimento. A aposta é em uma abordagem de integração de diversos *stakeholders*, com a alocação de estudantes do setor público, setor produtivo e terceiro setor. O programa se alinha à proposta do desenvolvimento sustentável, na medida em que, nas pesquisas, a meta é olhar a dimensão social (as questões de equidade, acesso à educação, etc), econômica e ambiental, além da dimensão espacial (relação norte e sul, global para local e vice-versa) e a político-cultural, ou seja, como as questões de globalização reverberam no modo de vida do contemporâneo. Nem sempre é possível alinhar as cinco dimensões em uma única pesquisa, mas é a proposta geral do mestrado. A transição envolve quebrar o mito de que sustentabilidade não passa por mudanças de comportamento e que o desenvolvimento sustentável ainda é uma questão dos países desenvolvidos e, também, que sustentabilidade seria apenas desenvolvimento verde.

Dentre os ODS, o Programa de pós-graduação em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade se alinha mais fortemente com cidades sustentáveis, segurança alimentar e agricultura, saúde, redução de desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis, mudanças climáticas, infraestrutura, governança e meios de implementação. Das quarenta dissertações defendidas até 2017, os temas abordados foram: governança da água, saneamento, uso de tecnologias na busca pela sustentabilidade (com a criação de aplicativos e outros dispositivos virtuais, por ex.), licenciamento ambiental e



avaliação de projetos ambientais, ocupações e reestruturações urbanas, áreas contaminadas, gestão de resíduos, segurança alimentar, agroecologia, desastres ambientais, serviços ecossistêmicos e benefícios de áreas verdes, conflitos socioambientais, poluição sonora, condições do lugar, vulnerabilidades e como isso reflete na vida das pessoas.

Um desafio enfrentado pelo programa consiste em como se integrar diferentes campos de conhecimento, como dialogar mais interativamente entre ciências sociais e humanas, ciências ambientais e exatas e como promover na prática a interação entre política e sociedade, esferas que ainda atuam de forma muito separada, como inovar, desenvolver tecnologias capazes de intervir na realidade.. Embora o programa seja novo, há sempre a reflexão sobre se o programa reflete as demandas e se dá conta da diversidade de temas que surgem, se a forma de ensino em sala de aula é dinâmica, convidativa, provocativa. Outro grande desafio é desenvolver tecnologias sociais e inovação que possam de fato promover mudanças e a sustentabilidade.

Helena Ribeiro, por sua vez, trouxe a experiência do Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade, criado em 2013 e o único doutorado nesse tema na América Latina (outras instituições possuem mestrado na temática). O programa possui 56 alunos, com 4 defesas até o momento e estabeleceu muitas parcerias internacionais, com estagiários estrangeiros, estágios sanduíche, duplas titulações, entre outros. É uma área de conhecimento em construção, mas é importante para a implantação dos ODS. Muitos temas de pesquisa das teses se relacionam aos ODS, como conceitos e práticas de sustentabilidade relacionados aos ODS, resíduos sólidos, alimentação, nutrição, produção de alimentos; profissionais de saúde; novas tecnologias, urbanização, globalização; políticas globais; imigração; doenças infecciosas e crônicas e saúde global.

Helena Ribeiro apresentou a questão da saúde global e da sustentabilidade sob o prisma da academia, mostrando que o campo da saúde global emergiu a partir do aumento da globalização e dos fluxos transfronteira que impactam a saúde, da mudança da visão técnica de que saúde só se resolve com intervenções técnicas (hoje sabe-se que os aspectos políticos são igualmente importantes), proliferação de atores associados a mudanças de poder (como fundações que possuem papel crucial no que se pesquisa), distinção entre o que é medicina e o que é saúde pública. Outros fatores que influenciaram o surgimento do campo foram a mudança no velho modelo de cooperação mundial em que os países desenvolvidos promoviam assistência aos em desenvolvimento para um modelo multidirecional, e o melhor entendimento dos determinantes mais amplos de saúde.

Não há, segundo Helena, um consenso sobre o que seja a saúde global, um tema complexo e que envolve posições e visões diferentes, além de ser um campo dinâmico em constante evolução. A saúde global acadêmica é uma ciência, não uma disciplina, que envolve integração e implementação, sendo uma questão transfronteiriça e intersetorial, com princípios como sustentabilidade, pensamento ecológico, transdisciplinaridade, tecnologias a custos acessíveis, pensamento sistêmico e direitos humanos, dignidade, equidade e ética e sustentabilidade. Assim, a educação em saúde global tem que ir muito além da educação médica, envolvendo aspectos políticos, éticos, econômicos, sociais, etc.

O esforço do programa tem sido no sentido de se ligar as duas áreas: saúde global e sustentabilidade, pois esta deve ser vista do ponto de vista da ótica planetária e a saúde global deve ter a sustentabilidade como pano de fundo.

A partir das apresentações sobre os Programas de Pós-Graduação, foi comentado, durante o debate, por **Maria da Penha Vasconcelos**, professora do Departamento de Saúde Ambiental, que temas complexos, sistêmicos, como os que têm sido discutidos, entram em um desajuste com a montagem dos programas de pós-graduação. Mostra-se que, para que a universidade possa responder às necessidades da sociedade, é necessário mais espaços. Um programa de pós não dá conta de resolver questões tão complexas em uma tese ou dissertação, portanto precisam ser trabalhados espaços de interação maiores no âmbito da universidade como um todo. É preciso pensar como fazer essa articulação usando a universidade como possibilidade de novos experimentos.



Gabriela Marques mencionou que o desafio é a interdisciplinaridade na prática e sua internalização. Mas há um gap no envolvimento efetivo de parceiros externos à universidade. Em um projeto com técnicos e gestores no nível municipal ficou nítida a desconexão forte entre gestão pública e academia. O novo conhecimento parece atrapalhar, pois é algo que o gestor precisa internalizar.

Em relação à desconexão entre universidade e sociedade, Ricardo Young trouxe como exemplo a questão dos debates sobre velocidade na cidade de São Paulo. O debate na câmara tinha um viés do campo político. O prefeito apresentou então as bases de dois estudos, um feito em Londres, outro em Nova Iorque e os efeitos da redução da velocidade. Era óbvio, sob o ponto de vista técnico, que a redução era algo adequado. Mas sob o ponto de vista político, não havia discussão. Quando houve o retrocesso da decisão, a academia não se organizou para apresentar essas evidências científicas. Marcos Buckeridge fez uma provocação, a partir disso: como trabalhar com os políticos?

Ricardo também questionou a motivação dos pós-graduandos em suas pesquisas. Será o diálogo com a sociedade ou apenas a habilitação acadêmica e profissional? Ele afirma que o papel da universidade precisa ser revisitado. Ela pode gerar profundas transformações, mas precisa se atualizar na forma com que interage com os setores da sociedade.

Foi comentado por um integrante da Rede Nossa São Paulo que, após a criação da Plataforma Cidades Sustentáveis e assinatura dos termos de compromisso com os candidatos, a Rede foi chamada para apoiar a iniciativa com o aporte de indicadores. No entanto, apesar do canal criado, há uma dificuldade das universidades em participar desse processo. Outro exemplo é o Comitê de Mudanças Climáticas, do qual a USP faz parte, mas dificilmente participa dos debates.

Paula Santana relatou sua experiência na administração pública após uma carreira acadêmica e depois sua volta para a universidade. Após essa experiência, os projetos passaram a ir além da academia, pois era possível perceber as expectativas diversas em relação a um tema. Essa imersão fora da universidade permite ver além do que é visível. Temos que inventar o que ainda não existe. É mais interessante pensar em temas grandes que agreguem temas menores onde cada aluno possa desenvolver sua tese, em sua área. Nesse modelo todos podem contribuir para problemas reais. Se cada trabalho resultar em uma ou duas orientações políticas, será ótimo. **Wanda Riso Gunther**, moderadora da Mesa-redonda, ressaltou que vários projetos têm apresentado conexão com questões práticas, contribuindo com a existência desse tipo de intercâmbio na Faculdade de Saúde Pública, porém ainda não é algo estrutural na academia.

Além do *gap* entre universidades e sociedade, no debate também se apontou a questão da ocupação dos espaços públicos pelo cidadão e pelas instituições. Criticou-se a tímida participação da comunidade nesses espaços. Existem os conselhos, mas a sociedade não participa ou participa pouco.

Ricardo Young, apontando a importância do pensamento complexo na política, comentou que os conselhos são aparelhados, pois, por um lado, existe uma desconsideração da classe média em relação a aquilo que é público. Os conselhos não são vistos como espaços de militância e ativismo. Por outro lado, também há manipulação política ocorrendo em muitos desses conselhos, que acabam sendo espaços de representação política. Mas não há espaço melhor para participação pública.

Refletindo sobre como orientar tantas teses em temas tão diversos, Paula Santana comentou que é preciso pensar os problemas em diferentes escalas. A universidade deve articular parcerias com outras instituições, para que, de fato, o resultado das teses seja aplicado. No final, o trabalho dos programas é fantástico e bem feito, mas contribui pouco para mudanças. Além disso, Cleide Martins comentou sobre a crescente fragmentação dos saberes, embora haja muita qualidade nos programas.

No entanto, Helena Ribeiro afirmou que a pós-graduação permite um aprofundamento dos problemas que os grandes projetos de pesquisa acabam não fazendo. O aluno contribui para um conhecimento que depois vai para os projetos mais amplos, mas sem esse mergulho da tese é difícil que os projetos amplos reflitam os problemas locais. Ambos são complementares. Quanto à orientação de diversos



Universidade de São Paulo
Instituto de Estudos Avançados
Faculdade de Saúde Pública



temas, o que se deve ter é o pano de fundo da sustentabilidade, mas é algo em construção e que demanda muito esforço. Gabriela Marques complementou que a orientação de tantos temas diferentes tem demandado o trabalho de coorientações.

Marcos Buckeridge ressaltou o alinhamento dos três programas, com destaque para o Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. É preciso a profundidade, mas também mais tempo. Uma descoberta demora muito para ser absorvida pela sociedade. Uma dessas teses pode ser um botão que pode mudar tudo, então, nesse sentido, cada programa de pós-graduação está montando um grande quebra-cabeças. Marcos sugeriu utilizar os ODS como fio condutor dos programas de pós. Uma tese em si não responde a um problema complexo, mas elas reunidas podem permitir enxergar propriedades emergentes.

Arlindo Philippi finalizou ressaltando a relevância das reflexões e discussões ocorridas ao longo do evento, que possibilitaram atingir os objetivos propostos, graças a presença de pessoas com largos conhecimento e experiência como os convidados, o que certamente contribuirá para avanços nos programas de pós-graduação, em projetos de pesquisa e em iniciativas decorrentes das proposições apresentadas.

Relatoria

Amanda Silveira Carbone; Débora Sotto; Maria da Penha Vasconcellos;
Sonia Viggiani Coutinho; Arlindo Philippi Jr

Comissão organizadora

Maria da Penha Vasconcellos (FSP/USP), Sonia Maria Viggiani Coutinho (POLIUSP), Amanda Silveira Carbone (FSP/USP), Sandra Regina Sadini (IEA/USP), Valdir Fernandes (UTFPR), Lígia Barrozo (FFLCH/USP), Débora Sotto (FSP/USP), Mary Lobas de Castro (FSP/USP), Arlindo Philippi Junior (FSP/USP).

Realização:



Programa Cidades Globais IEA-USP
Departamento de Saúde Ambiental FSP-USP

Apoio:

Comissão de Cultura e Extensão - CCEx/FSP/USP
Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública- FSP/USP
Programa de Pós-Graduação “Saúde Global e Sustentabilidade”- FSP/USP
Programa de Pós-Graduação “Ambiente, Saúde e Sustentabilidade”- FSP/USP